

A Maria Lúcia Aparecida Montes, minha amada mestra

"Do corpo para ser visto ao corpo invisível: do teatro da crueldade ao império do terror"

Marcos Alvito (UFF)

"Acorreram, então, numerosos Aquivos
para admirar a imponência e a beleza do corpo de Heitor,
sem que nenhum de feri-lo deixasse, ao passar pelo corpo.
Muitos entre eles falavam, virando-se para os mais próximos:
'É, por sem dúvida, muito mais brando de ser apalpado,
do que no dia em que fogo lançou nos navios recurvos'.
Golpes seguidos lhe deram, trocando discursos como esse."
(*Ilíada*, XXIII, 369-375)

O pacato morador da favela de Acari comenta comigo que, *antigamente*, era capaz de largar o seu almoço pela metade ao ver passar um homem amarrado, indo na direção dos fundos da favela, para ser executado. Depois de assistir a tudo, o morador voltava para sua casa e terminava, sem problemas, a sua refeição. *Hoje em dia*, compara desgostoso: *nem gosto de ver presunto... Antigamente*, em meados da década de 80, era o tempo de Tonicão:

*“coisas que as pessoas fazia errada, assim, teve uma época que ele matou um rapaz de 16 anos porque estrupou uma menina, ali pra baixo ainda era tudo mato, ele matou o rapaz e jogou lá e **ainda chamou a gente pra ir ver**, aí a gente foi ver o rapaz morto porque ele matou porque estuprou a menina. Assim, só coisa grave mesmo era que ele fazia isso.”*

O corpo jogado no valão impuro, *locus* de despejo de dejetos orgânicos e humanos indesejáveis. A suprema e última humilhação: o corpo exibido como testemunha da "Lei", pois "Tonicão era pelo certo". Mesmo que depois se descobrisse que o rapaz em questão fora vítima de uma intriga. Na proteção aos corpos femininos e à honra familiar neles centrada, antes pecar pelo excesso. Afinal, o próprio Tonicão tornara-se chefe do tráfico, reza a lenda, depois que o bando local tentara estuprar sua mãe; a atividade desonrosa do tráfico é assumida em nome da honra familiar: era preciso, era necessário (1).

Parazão, um dos sucessores de Tonicão, já no início da década de 1990, fica famoso por adotar outro método: queima vivos - usando pneus - "transgressores" e inimigos, em pleno campo de futebol. Suas atrocidades são relatadas minuciosamente. Certa vez, um viciado em cocaína mata a mulher de seu amigo e parceiro na droga. Parazão, inicialmente, entrega o homem à população, que o surra continuamente. Depois, inicia uma lenta execução: põe álcool em uma parte do corpo do homem, acende o fogo e depois apaga com água do valão; em seguida, espeta e fura a carne do infeliz. O horrendo espetáculo prossegue até que alguém do bando sugere que acabem logo com aquilo. Faz um corte vertical no abdômem do supliciado e usa as mãos para afastar e rasgar. Separam a cabeça do corpo, colocando-a no cemitério onde a mulher fora enterrada com um bilhete:

'assassino de uma mãe de tantos filhos...'

Se Tonicão executava com as próprias mãos, Parazão tinha um especialista, um matador lendário chamado Batista, o qual, diz-se, bebia o sangue dos inimigos, arrancava-lhes os olhos, jogava futebol com a cabeça decepada. Quando da morte de Batista, um morador lembra-se de ter ido até onde estava o cadáver na intenção de dar ainda um tiro ou uma facada no corpo, mesmo sem vida. Assim como os guerreiros aqueus infligindo golpes no corpo de Heitor no trecho citado na epígrafe deste trabalho.

Se a forma de execução praticada por Tonicão assemelhava-se a uma expulsão, lançando o corpo sem vida para fora dos limites da zona habitada, chamando os moradores para ir ver como quem presta contas, Parazão transforma a morte em espetáculo e a traz para o palco do mais popular lazer comunitário. O corpo agora vai tornar-se irreconhecível: é apenas combustível para o fogo que purifica e amedronta. A violência de Tonicão não era vista enquanto tal, a ponto do morador fazer tranquilamente uma pausa no seu almoço para assistir à aplicação da "Lei". Tonicão parecia, na verdade, estar varrendo a violência para fora da "comunidade". Parazão, por sua vez, mais temido do que respeitado pelos moradores, dá início ao "teatro da crueldade".

A expressão "teatro da crueldade" foi cunhada por Françoise Héritier (1996:16) a partir de um poema do século XVI. A autora analisa diferentes formas de violência contra os inimigos em Ruanda, na Iugoslávia e na América do Sul. No primeiro caso, mutilações: seccionamento do tendão de Aquiles, dos pés, das mãos ou dos braços, tornando inertes como vegetais imóveis "aqueles que são temidos como inimigos". O *script* é outro na Iugoslávia, onde o caráter étnico-religioso do conflito faz com que as mulheres sejam capturadas, violadas, engravidadas e impedidas de abortar "afim de lhes fazer por no mundo... crianças *de uma outra religião*", como se a semente masculina carregasse sozinha a identidade biológica, étnica e religiosa. Já no caso dos esquadrões da morte latino-americanos, a serviço da preservação dos poderes constituídos, tratar-se-ia de simplesmente fazer desaparecer o inimigo, como se ele jamais tivesse existido. Em todos estes casos, tratar-se-ia de fazer dos corpos o suporte de uma mensagem que nega a humanidade do Outro.

Em 1999, também já não há cadáveres para ver em Acari. Ao menos provenientes dos "acertos de conta" ou das "execuções" praticadas pelos "traficantes". O inimigo agora é esquartejado como Tiradentes e seus despojos espalhados e lançados em diferentes locais. A vala *negra* e o pneu de caminhão foram substituídos pelo *saco preto* de lixo. E já não se fala em matar ou queimar, mas em *picar*.

Os famosos "jornais populares" percebem a mudança. Não exibem mais "presuntos" e sim cabeças dependuradas com um bilhete, corpos sem cabeça, braços, lembrando filmes americanos. O que significa esta passagem, do teatro da crueldade para o império do terror? Ela se restringe à favela? Como frequentador assíduo do Maracanã, lembro que, na década de 70, os *goleadores* eram chamados de artilheiros, provável menção às *bombas*, isto é, aos fortes chutes que dirigiam às metas adversárias. No decorrer da década de 90, tais jogadores passaram a ser chamados de *matadores*, pois deles emana a morte simbólica do adversário vencido. E mais recentemente, em meio a inúmeros episódios envolvendo ferimentos e mortes causadas pelos cães da raça pit-bull, a torcida do Flamengo criou um novo hino em homenagem ao seu ídolo: "Uh, uh, uh, Romário é pit-bull". O samba também registra a mudança. Na década de 80, quando Tonicão reinava em Acari, Bezerra da Silva cantava em homenagem a Escadinha:

"Ah, meu bom juiz,
não bata esse martelo nem dê a sentença
Antes de ouvir o que meu samba diz,
porque esse homem não é tão ruim quanto
o senhor pensa.
Vou provar que lá no morro ele é rei,
Coroadado pela gente"
(Beto Sem Braço/ Serginho Meriti, "Meu bom juiz")

Na década de 90, entretanto, a mutilação do X-9 (delator) já era tema de uma música de humor macabro:

"Cagüete é cagüete mesmo,
vejam só como ele é,
é que cortaram as duas mãos do safado,
ele agora cagüeta com o dedão do pé.
(...) ele fica no orelhão de cabeça prá baixo
discando denúncia com o dedão do pé"
(Claudinho Inspiração, "Ele cagüeta com o dedão do pé")

Em um texto perturbador, Hannah Arendt (1990) critica o consenso existente entre os teóricos da violência em defini-la como “uma flagrante manifestação de poder”. Neste modelo, o Estado é apenas uma supra-estrutura coercitiva e o poder apenas um instrumento de domínio, praticamente igualando violência e poder. Arendt propõe uma outra definição, que diferencia e até mesmo opõe Poder e Violência (1990:145):

“A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos.”

Seguindo este raciocínio, devemos abandonar a concepção de poder como uma mera “fachada, uma luva de veludo que, ou encobre uma mão de ferro ou mostrará pertencer a um tigre de papel”, em suma, algo que tem na violência sua pré-condição (ARENDR,1990:146). Arendt, de certa forma, inverte esta proposição: para ela a violência é inútil quando não há mais poder, o que importa não é a violência (ou a capacidade de empregá-la) existente por detrás do poder e sim o poder que permite a utilização da violência, pois:

“Onde as ordens não são mais obedecidas, os meios de violência são inúteis; e a questão dessa obediência não é resolvida pela relação ordem-violência, mas pela opinião, e naturalmente pelo número de pessoas que a compartilham. Tudo depende do poder atrás da violência.”

Seria fácil obter exemplos “acarianos” do que foi dito. Em uma rodinha de moradores, um deles lembra que, “em outros tempos”, ele já viu “muito nego apanhar mesmo estando com AR-15 na mão”. Como deixar de lembrar da lição de R., conversando comigo na Penitenciária Lemos Brito: “é preciso alguma ordem, o que controla a cadeia

não é a força e sim a influência e o respeito”. A autoridade do chefe acima do poder de fogo, ao contrário do que se pensa. Antônio Rafael Barbosa (1998: 114) fica surpreso diante da afirmativa do seu interlocutor:

“Se o home [i.e. o chefe] chegar e falar assim: ‘Me dá tua arma que eu vou te matar’, você dá.”

Diante da incredulidade do antropólogo, vem a explicação: “Dá! Dá sim. É a lei.” O próprio Tonicão gostava de dizer “*eu sou pela Lei, pelo certo e o errado*”, o que foi confirmado por um morador, saudoso e emocionado: “*ele era justo, ele era pelo certo*”.

Voltando a Hannah Arendt, a violência seria apenas instrumental e, como tal, sempre necessita de uma justificativa. Portanto, a violência não pode ser a essência do poder, o qual necessita de legitimidade, mas não de justificativa. Aqui a autora chega ao ponto central da sua argumentação, permitindo diferenciar claramente violência e poder (Arendt,1990:148):

“O poder não necessita de justificação, sendo inerente às próprias comunidades políticas: o que realmente necessita é legitimidade. O comum emprego destas palavras como sinônimos é tão enganoso e confuso quanto a comum identificação entre obediência e apoio. O poder brota onde quer que as pessoas se unam e atuem de comum acordo, mas **obtem a sua legitimidade do ato inicial de unir-se** do que de outras ações que se possam seguir. A legitimidade quando desafiada fundamenta-se a si própria num apelo ao passado, enquanto a justificação se relaciona com um fim que existe no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação vai perdendo em plausibilidade conforme seu fim pretendido some no futuro. Ninguém questiona a violência como legítima defesa, pois o perigo não somente está claro mas presente, e o fim que justifica os meios é imediato.”

Para entendermos melhor esta passagem, talvez deveríamos remeter novamente à histórias acerca da tomada do poder por parte de Tonicão. A importância daquilo que Arendt chama de “ato inicial de unir-se” é flagrante. Em meio ao Caos (simbolizado na ocorrência de estupros, desrespeito ao limite último da honra dos chefes de família), Tonicão alçou-se como “defensor” da comunidade. A forte preservação desta histórias na memória, através da sua transmissão oral, demonstra de que modo o seu poder de ambos só era legítimo em função do passado: a ordem deve guardar a memória do caos.

No caso de **X.** o chefe atual, e dos "meninos", não há passado a evocar. Um dos seus irmãos disse-me o que motivara **X.** a tornar-se chefe: “ninguém entra nessa coisa pra ser mandado, todo mundo quer ser o chefe”. Uma justificativa meramente individualista, que aponta para um objetivo futuro (alcançar a liderança), carente de passado, de memória e, portanto, de legitimidade. Por isso as crianças não brincam de **X.**, apenas encarnam os velhos chefes, os heróis fundadores. **X.** aparece claramente como um usurpador, ao contrário da continuidade da linhagem, ele representa a sua destruição, daí os boatos de que iria expulsar as mulheres e todos ligados ao seu antecessor, Jorge Luis (considerado "filho de Tonicão"). **X.** não se opõe a violência, ele a personifica de uma maneira tão terrível que os moradores evitam a todo custo pronunciar seu nome. O movimento pendular caos-ordem-caos recomeçou. Como ensina Hannah Arendt (Idem:149): “O

domínio pela pura violência entra em jogo quando o poder está sendo vencido”. Talvez isto explique o motivo pelo qual **X.** mandou arrasar todos os monumentos de cunho sagrado construídos por Jorge Luis. Sem legitimidade, sem ato inaugural, sem passado, sem nome, **X.** não pode conviver com a memória dos fundadores da linhagem que ele destruiu.

Diríamos mais, ao perder toda e qualquer relação com o poder, definido enquanto “capacidade humana não somente de agir mas agir de comum acordo” (Arendt,1990:145), **X.**, “nascido e criado” mas incapaz de reconhecer todo e qualquer vínculo (mesmo de amizade ou de parentesco) ultrapassa a violência, ele personifica o terror.

A legitimidade de Tonicão e de Jorge Luis (em menor escala do que seu antecessor), permitia que o poder deles fosse exercido abertamente, como um espetáculo: chamando a população para assistir à execução de um estuprador, carregando a vítima encapuzada por toda a favela, espancando os que haviam errado no meio da rua com um enorme porrete (a “perna-de-três”). Nas palavras de Georges Balandier (1982:7):

“O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial.”

Ora, o poder de Tonicão e de seu sucessor, Jorge Luis, produzia imagens e símbolos em profusão. Junto às bocas de fumo, construía altares para São Jorge e para a escrava Anastácia. Apropriava-se de símbolos religiosos e étnicos: Zé Pilintra, Xangô e Bob Marley (2). A teatralidade de Tonicão a passear com seus filhotes de leão, emblema da realeza africana, a percorrer as ruas de Acari com seu cetro-porrete em pose ativa e fazendo “bico” com a boca (semelhante ao “caboclo” da umbanda). A imposição de penas vergonhosas, como o “castigo” que impunha a prisão domiciliar por prazos tão longos quanto um ano. Tudo isto demonstra a sua legitimidade. Era esta legitimidade que impedia o pacato morador de sentir-se mal durante a sua refeição.

Hoje em dia, entretanto, é tempo de **X.** Em tempo de **X.**, afirmamos, não há poder nem violência, apenas terror. O terror é o espaço da Morte (Taussig,1993:27), no qual as coisas se tornam humanas e os homens transformam-se em coisas. O fuzil AR-15 toma vida e nem mais existem cadáveres: a prática agora é fazer “picadinho” e ensacar os vestígios do inimigo, enterrar seus pés em uma parte e queimar o restante em outro local, enfim, desmembrá-lo até que ele perca o seu sentido humano. Tal qual começa a frequentar os jornais populares, que mostram cabeças decepadas, braços solitários, um abdômem aberto com órgãos feito balões inchados. Antes cadáveres, agora “coisificados” pelo Terror que os desmembra. Restos que viram brinquedos: o dedo arrancado do inimigo, com o qual o matador do bando, passeava pela favela, “assustando” as pessoas, como se fosse uma brincadeira infantil. O corpo que vira alimento para os porcos. As culturas do terror, lembra Taussig (1993:30), alimentam-se do silêncio e do mito, para “controlar populações numerosas, classes sociais inteiras e até mesmo nações, através da elaboração cultural do medo”. O Mal absoluto, desprovido de sentido, justificativa ou previsibilidade, cujo nome não se pronuncia, cuja onipresença contrasta com sua invisibilidade. Toda e qualquer história acerca de **X.**, me é contada, mesmo (e quase que exclusivamente) dentro de casa, em voz baixa, como se as paredes pudessem ouvir.

Tonicão tinha uma mansão real, com dezenas de aposentos, piscina e jaula para seus leões. Jorge Luis mandou fazer bonés da Turma do Barroso (seu apelido) e usava um anel com as iniciais “JL”. Quanto a X., ninguém o vê, não tem casa, só esconderijo, não tem roupa (muito menos indumentária), apenas disfarce, não ergue monumentos, os destrói. Ao contrário de Jorge Luis, não pode mais ostentar um “harém”, a corte real desapareceu, não há mais o infundável debate acerca de qual das mulheres seria a mais bela ou a “favorita” do chefe. A “sedução” parece ter sido substituída pelo estupro. O retorno ao Caos. O império do terror.

Voltemos à *Ilíada*. Depois de despojar Heitor de sua armadura, entregando o cadáver à contemplação admirada e à sanha vingativa dos heróis do exército grego, Aquiles pede aos companheiros que cantem o hino da vitória enquanto levam o cadáver do inimigo até o acampamento (*Ilíada*, XXIII, 391ss.) Em seguida, Aquiles fura os tendões do cadáver e, amarrando-o ao carro com uma tira de couro, arrasta o corpo de Heitor com o rosto virado para o "chão duro", a levantar poeira. Deposita-o junto à pira do amigo Pátroclo, onde são lançados nas chamas "quatro soberbos cavalos", dois dos nove cães que Aquiles possuía e os cadáveres de doze jovens troianos, de famílias nobres. Durante doze dias, ao acordar, Aquiles amarrava o corpo nu de Heitor ao carro e dava com ele três voltas em torno do túmulo de Pátroclo. Tudo em vão, pois tais ultrajes em nada maculam o corpo de Heitor: Apolo ampara o cadáver dos golpes, Afrodite o unge "com óleo fragrante e divino" e até mesmo dos raios do sol ele é protegido por uma nuvem divina. Aquiles, por fim, desiste de lançar o corpo aos cães e aceita devolver Heitor ao seu pai, que viera até o acampamento inimigo, sob a proteção dos deuses e guiado por Hermes. Antes, manda as escravas lavarem e ungirem o herói com óleo, envolvendo-o em uma bela túnica e dois mantos, para que então fosse entregue a Príamo. O poema, iniciado com a cólera de Aquiles, termina em paz (mesmo que momentânea), com a trégua de doze dias para que fosse consumado o funeral de "Heitor, domador de cavalos".

Quando o aprendiz de antropólogo iniciou o trabalho de campo em Acari (3), em novembro de 1995, a comunidade vivia ainda o choque do assassinato de um jovem *gerente* do tráfico por parte de dois desafetos do próprio bando. Mais de um ano depois, veio a saber que os assassinos queriam *picar* o corpo, sendo contidos pela multidão. Tiveram que contentar-se em lançá-lo ao valão, como *antigamente*. Os moradores tiveram que impedir aquele último ultraje ao corpo e à honra do seu herói. Não havia deuses a protegê-lo.

Referências Bibliográficas:

- ALVITO, Marcos. "A honra de Acari" In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
- _____. "Um bicho-de-sete-cabeças" In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.
- _____. *As cores de Acari*. Tese de doutorado em Antropologia Social apresentada ao PPGAS da Universidade de São Paulo em novembro de 1998, mimeo.
- ARENDR, Hannah. "Da violência" In: **Religião e Sociedade**, 15/1 (1990):142-50.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1980.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. *Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói, Eduff, 1998.

HÉRITIER, Françoise (Org.). *De la violence*. Paris, Éditions Odile Jacob.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução em versos de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.

TAUSSIG, Michael. *The nervous system*. New York, Routledge, 1992.

_____. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem - um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

Notas:

- (1) Para uma análise mais detida desta questão ver "A honra de Acari" (Alvito, 1996).
- (2) A leitura e a interpretação destes símbolos foi feita em nossa tese de doutorado, *As cores de Acari* (Alvito, 1998), de onde derivou este artigo. Sem a generosidade pessoal, a inteligência e a sensibilidade antropológica da minha querida orientadora, Maria Lúcia Aparecida Montes, o trabalho não teria sido possível. A ela este artigo é dedicado, com carinho de flamenguista.
- (3) Acari, na verdade, é um aglomerado formado por 3 favelas diferentes e um conjunto residencial, localizados a cerca de 25 km do centro do Rio de Janeiro. Em uma área equivalente a 50 campos de futebol, vivem 40 mil pessoas. No imaginário urbano, desde a década de 80, Acari torna-se sinônimo de tráfico de drogas e violência, embora, no seu auge, os envolvidos no comércio da droga representassem apenas 0,5% do total dos moradores. Estes, em sua maioria, são operários, serventes, carregadores do CEASA, empregadas domésticas, biscateiros etc. Sobre as divisões internas de Acari e suas rivalidades, ver "Um bicho de sete cabeças" (Alvito, 1998).

MARCOS ALVITO é Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e Doutor em Antropologia Social pela USP.